RESENHA :TRILHAS DE UMA ANTROPÓLOGA FEMINISTA DECOLONIAL

Fernanda Deborah Barbosa Lima[1]

Obra resenhada: Segato, Rita. *Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda*. Bazar do tempo, 2021.

"Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda" (2021) é o primeiro título da coleção "Rita Segato", anunciada pela editora Bazar do Tempo, que rompe duas décadas de desinteresse das editoras brasileiras sobre a produção da autora. Como obra de entrada, ainda que tardia, permite um panorama sobre as principais reflexões da antropóloga, entre as quais destacam-se as contribuições substanciais a respeito dos efeitos perversos de colonialidade que incidem sobre as relações raciais, de gênero e de produção de saber acadêmico. Em grande parte, esses textos foram tecidos sob a paisagem sócio-histórica dos territórios que convencionamos chamar América Latina, em especial o Brasil, onde a autora de origem argentina lecionou e desenvolveu pesquisas por mais de três décadas. A escolha desta coletânea de ensaios mais recentes como título de abertura da coleção revela-se profícua, pois permite um sobrevoo instigante sobre a produção intelectual-militante desta pensadora feminista decolonial.

Rita Segato é uma antropóloga militante feminista de reconhecida trajetória profissional e intelectual. Nascida na Argentina (1951), viveu na Venezuela, na Irlanda, no Brasil e nos Estados Unidos. Radicou-se e desenvolveu atividades de ensino, pesquisa e militância na Universidade de Brasília - UnB (1985-2017), tendo recebido desta instituição o título de professora emérita em 2018. Vive atualmente entre Tilcara, na Argentina, e Brasília, no Brasil. Coleciona prêmios internacionais e títulos *Honoris Causa* de diversas universidades. É considerada

[1] - Profa EBTT do IFRJ - Instituto Federal do Rio de Janeiro

uma das intelectuais mais importantes e influentes pela revista mexicana *La Tempestad*, pela agência de notícias espanhola *EsGlobal* e pelo site Heroínas.net. Coautora do primeiro projeto institucional de cotas raciais da UnB. Titula a "Cátedra Rita Segato de Pensamento Incómodo", criada pela Universidade Nacional de San Martin, Argentina.

De conteúdo denso e decantado, a presente publicação propõe viradas epistemológicas e conceituais importantes para a Antropologia e todas as Ciências Humanas do Sul Global. Em uma leitura inicial, provoca um efeito de encantamento imediato, próprio de um primeiro encon tro, com as reflexões maduras dessa pensadora sobre seus trabalhos de pesquisa, de perícias antropológicas e de militância feminista e antirracista. A sua escrita oscila entre momentos de complexidade e rigor em sentido acadêmico formal e uma prosa mais livre e rica de neologismos que comunica muito bem com um público geral, situado para além dos muros da universidade. Os textos abordam com destreza, ética e sensibilidade temáticas de grande envergadura -- em especial para o seu "destinatário natural", o público brasileiro --, como a colonialidade do poder, o racismo estrutural e institucional, as violências de gênero e o eurocentrismo do pensamento e prática acadêmica universitária.

Publicado originalmente em espanhol, em 2013, na Argentina, os ensaios foram escritos em diferentes épocas, a partir de 2007. Posteriormente, foram revisados e atualizados para uma linguagem mais inclusiva pelas tradutoras ao português Danú Gontijo e Danielli Jatobá, em diálogo com a autora, como explicado na breve "Nota das tradutoras". Composto pelos oito ensaios título, o livro inclui ainda um prefácio à edição brasileira, que contextualiza o marco deste lançamento, e a introdução "Colonialidade do poder e antropologia por demanda", na qual Rita oferece um mapa de navegação aos leitores e fundamenta e localiza a sua contribuição metodológica para a disciplina em uma breve revisão da autocrítica antropológica.

A coletânea evidencia como a perspectiva decolonial foi se consolidando gradativamente na autora através de suas vivências como pesquisadora, feminista, professora e pensadora, em desafios impostos pelas temáticas de investigação e de experiência docente, e pelo contato com a obra do intelectual peruano Aníbal Quijano. Como destaca em sua introdução, haveria um antes e um depois do contato com esse autor. Para Rita, o livro pode ser compreendido a partir de três eixos reflexivos principais: "pensar a raça no continente, o gênero em um estado de guerra informal em expansão e o caráter permanentemente colonial do esta-

do" (p.16). O fio condutor analítico da obra se resume à virada epistêmica da colonialidade do poder e ao exercício crítico e metodológico de uma antropologia litigante ou por demanda.

A leitura da Introdução nos recoloca uma questão fundamental: é possível que a antropologia, uma disciplina talhada sob os ditames colonialistas, possa não estar a serviço de uma produção de conhecimento com fins de dominação? A autora responde que isso é possível por meio de uma prática-teórica que, frente aos conflitos entre os povos - originalmente objetos e hoje também sujeitos de estudo da antropologia - e o estado colonizador capitalista moderno, tome parte no litígio para colocar sua "caixa de ferramentas" a serviço da (re)existência de projetos históricos "disfuncionais" aos interesses do capital. Em seguida, ela nos coloca uma nova interrogação: "[mas se] o Estado oferece com uma mão o que já roubou com a outra" (p.89), uma antropologia litigante não estaria fadada ao fracasso de se deixar enredar nas armadilhas do estado de direito? Neste ponto, a autora pensa que não, que este jogo não só pode como deve ser jogado. A crença de que é possível atuar nas brechas do estado é o seu resquício de "fé histórica" no projeto colonial universalista dos direitos humanos.

O primeiro ensaio - "Aníbal Quijano e a perspectiva da colonialidade do poder" - nos brinda com uma análise pormenorizada da obra e da contribuição até então produzida pelo sociólogo peruano na virada epistemológica decolonial. O artigo apresenta de modo resumido e pedagógico a historicidade, ou melhor, os processos de conformação dos conceitos formulados por esse autor ao longo de seus textos, bem como localiza os interlocutores e suas específicas presenças nas obras. A sua interpretação da noção forjada por Quijano de colonialidade do poder introduz, ao mesmo tempo em que amplia e aprofunda de modo significativo, a compreensão sobre a perspectiva decolonial, seja para quem experimenta um primeiro contato com essa episteme, seja para as pessoas especialistas nas obras citadas.

O ensaio seguinte, "Gênero e colonialidade: do patriarcado comunitário de baixa intensidade ao patriarcado colonial-moderno de alta intensidade", condensa reflexões sobre a centralidade política de ***gênero*** junto com ***raça*** na crítica da colonialidade a partir de sua práxis como antropóloga feminista. Para a autora, gênero é político. Mesmo nas sociedades pré-intrusão, em que a autora verifica a existência de estruturas hierárquicas de gênero, as mulheres são sujeitos que ocupam um lugar político. Defende que as noções de gênero e de patriarcado são categorias existentes no "mundo-aldeia", o mundo social de povos originários,

que, contudo, teriam se intensificado e sido alteradas pelos efeitos perversos da colonização. A partir dos casos de feminicídio na cidade de Juarez, dos relatos de violência contra as mulheres indígenas e do projeto de lei que criminaliza a suposta prática de infanticídio entre os povos indígenas no território brasileiro, Segato demonstra como o Estado oferece um "antídoto para o veneno que inoculou", ao descrever os caminhos e suas "descobertas" que articulam as transformações nos sentidos de norma, das relações de gênero com as demandas pela garantia de direitos, e as intervenções do Estado.

Essas pontes e experiências acumuladas nas pesquisas e perícias lhe permitiriam produzir uma "terceira via" crítica feminista sobre o problema da dominação patriarcal e da colonialidade do poder, que procura se diferenciar da leitura feminista universal eurocêntrica e problematizar a crítica decolonial de teóricas como Maria Lugones e Oyèrónké Oyěwùmí, que apontam o gênero e o patriarcado como invenções coloniais. Segundo a autora, há evidências históricas e etnográficas que endossam a validade da categoria analítica "gênero" e a existência de estruturas patriarcais em sociedades diversas nos contextos de pré-intrusão colonial. Parece relevante assinalar a afirmação proferida no evento online de lançamento do livro de que este ensaio foi escrito a pedido de Aníbal Quijano, com quem ela mantém trocas e um debate sobre as relações entre colonialidade do poder e gênero. A autora marca, assim, sua posição em relação à leitura desse autor, notadamente centrada na ideia de "raça" como organizadora da hierarquia de instâncias de dominação.

Em "O sexo e a norma: frente-estatal-empresarial-midiática-cristã", Segato discorre sobre as transformações dos sentidos sobre as sexualidades e as relações de gênero no mundo-aldeia em razão da intrusão e intervenção do "mundo-Estado". Tais mudanças estariam no cerne da questão do aumento da incidência e das formas de violência que atingem as mulheres indígenas na atualidade. A instauração do "olhar pornográfico" e dos padrões de masculinidade tóxica do colonizador seriam responsáveis por produzir um desequilíbrio nas relações de gênero, onde as mulheres indígenas sobreviventes na paisagem colonial sofrem com a opressão violenta e a coisificação de seus corpos. Essas reflexões foram tecidas a partir de sua vivência com mulheres indígenas em uma série de oficinas sobre os conceitos de gênero e as noções de direitos humanos, de direitos dos povos indígenas e direitos das mulheres; e no acompanhamento de inúmeros casos que descortinam os prejuízos das tentativas de trânsito das estruturas jurídicas e das políticas públicas salvacionistas da sociedade colonial-moderna ao mundo-aldeia.

No capítulo "Que cada povo teça os fios de sua história: um diálogo tenso com a colonialidade legislativa "dos salvadores" da infância indígena", a autora relata seu passo-a-passo na construção de um parecer antropológico sobre um projeto de lei que visava maximizar a punição sobre uma suposta prática de infanticídio indígena. Ao acompanhar seu exercício analítico e lermos seu parecer, materializamos sua proposta de uma antropologia litigante atravessada pela tese da colonialidade do poder, de que as independências dos países latino-americanos ao longo dos séculos XIX e XX não interromperam o processo de manutenção de relações de poder, ser e conhecer coloniais e eurocentradas. A saber, os processos descritos explicitam e denunciam os diferentes interesses de dominação em jogo pelos agentes do Estado e pelos representantes de empreendimentos religiosos - que por vezes se combinam/misturam -, que buscam, através de uma lei fundamentada sob o argumento da garantia de "direitos das crianças", uma forma de entrada e controle sobre esses povos e seus territórios. Os perigos de uma relativização extrema, bem como do multiculturalismo, seriam a expressão de como operam os estados coloniais latino-americanos. Nesse contexto, colocar suas ferramentas analíticas a serviço da defesa de um povo enquanto um sujeito coletivo de história compartilhada que caminha em direção a um futuro de sentido comum implica a defesa de um pluralismo histórico.

Destaco nesta publicação ao menos dois compêndios que por si justificam a leitura do livro. A primeira é a lista sumária de violências (agressões diretas e indiretas) sofridas por mulheres indígenas subdivididas pelos contextos territoriais e sociais de disputa, invasão, demarcação, proteção ambiental, e atravessadas pelo impacto da presença de militares, missionários religiosos, garimpeiros, grileiros, fazendeiros, traficantes de drogas e agentes do Estado onde estão localizadas as suas aldeias. A segunda lista é a compilação de argumentos utilizados pelas pessoas indígenas quando ouvidas em audiência públicas sobre o projeto de lei do infanticídio. Essa relação evidencia a sofisticação da leitura indígena sobre os interesses do Estado e das lideranças religiosas envolvidas na campanha antiindígena, bem como os possíveis e nefastos efeitos que a promulgação desta lei poderiam implicar. Constata-se o óbvio sobre a excelente capacidade de povos indígenas falarem por si, e a surdez programada do Estado frente à sua precisa argumentação. Em ambas as relações, Rita nos ensina que esses "outros mundos" têm projetos e metas históricas próprias e "sabem pensar por si mesmos".

Em "O Édipo Negro: colonialidade e forclusão de gênero e raça", a autora problematiza a relação edípica estabelecida de forma continuada ao longo da história social brasileira com as mulheres negras, desde as amas de leite até as babás. Compreender o que a autora chama de psiquismo social brasileiro nos revela um fenômeno de "desdobramento da maternidade", ou "maternidade transferida", no qual há duas mães: a mãe biológica e jurídica e a mãe "de fato", responsável pelo trabalho do cuidado e amor materno. Essa divisão de funções, segundo Segato, é onipresente nos lares brasileiros - pelo menos das classes médias e abastadas -, mas encontra-se ausente de inscrição nas análises e textos acadêmicos. Essa forclusão reflexiva, social e histórica da "instituição da mãe negra" corresponde a um ocultamento das mulheres negras na história social brasileira. De base higienista e racista, a supressão dessa mãe e de sua negritude produz efeitos ambivalentes de amor e ojeriza, e é subsídio a relações de apropriação e violência, coisificação e dominação, que culminam em retirar "da mãe-babá a sua condição humana e a transformar em objeto de compra e venda" (p.243).

Considerando haver um debate em aberto sobre as implicações para as lutas antirracistas da afirmação identitária racial como "pessoa não branca" em contextos de racismo estrutural instaurado, o capítulo "Os rios profundos da raça latino-americana: uma releitura da mestiçagem" é sem dúvida o ensaio mais controverso do livro. Primeiro, quando opta por não se situar étnico-racialmente no texto - ainda que o faça em suas aparições em eventos, palestras e entrevistas online como "pessoa não branca" -, a autora encampa uma ousada proposta de ressignificação conceitual da noção de mestiço em aparente contraposição à "utopia do mestiço". Afirmar que todas as pessoas originárias da "paisagem colonial" não são brancas - se e quando estão expostas a vivências e situações de estranhamento em algum território do Norte global - é potente, pois ilumina o aspecto relacional do atravessamento de raça na existência *criolla*. Contudo, esse tipo de reflexão em um modo deslocado pode suscitar o risco de uma leitura reducionista ou borrada do problema do racismo estrutural, tão latente e excludente das existências indígenas, negras e mestiças nos territórios marcados pela colonialidade. Os argumentos que rechaçam essa releitura apontam que uma generalização da identidade "mestiço" pode gerar um efeito de despolitização da questão racial e o consequente enfraquecimento da luta antirracista.

Em sua releitura da mestiçagem, assim como em suas reflexões do capítulo seguinte, "A cor do cárcere na América Latina: Notas sobre a colonialidade da

justiça em um continente em desconstrução", Rita Segato não nega esse efeito do uso da noção de mestiço pelas elites coloniais, e inclusive o nomeia e denuncia enquanto "mestiçagem politicamente anódina e dissimuladamente etnocida", mas alerta: "hoje em vias de desconstrução" (p.255). Através desse ensaio sobre a seletividade da justiça, a autora explicita como a invenção de raça data da nossa história de dominação colonial, serve para a manutenção das estruturas racistas atuais e deveria ser pensada para além das questões identitárias. Ao denunciar a ausência de pesquisas que aprofundem as relações de continuidade entre o passado de escravidão e o fenômeno de encarceramento massivo na América Latina de "pessoas não brancas", a autora exemplifica a importância de se pensar a "raça" descolada da noção de identidade étnico-racial, e sim como "instrumento de ruptura", visto que muitas dessas pessoas, mesmo sem se identificar etnicamente, carregam "marcas no corpo de um passado familiar indígena ou africano" (p. 297). Substituir o sentido de miscigenação como genocídio por oportunidade pode ser capaz de ressituar pessoas mestiças na história para produzir um projeto coletivo de "existência futura".

O capítulo final do livro intitulado "Brechas decoloniais para uma universidade da Nossa América" propõe a luta, a ocupação e a remodelagem da universidade no continente, compreendendo esse espaço como um lócus privilegiado de acesso a direitos e as instâncias de decisão no mundo-Estado, portanto, a transformação das estruturas coloniais eurocentradas de produção do saber ameaça o "coração da colonialidade". A militância pela democratização da universidade não se encerrou na conquista das cotas raciais, processo no qual a autora foi uma das protagonistas, e que ela denuncia como despolitizada. Essas ações afirmativas foram apenas o ponto de partida em uma disputa pelos rumos dessas instituições coloniais. Produzir uma universidade mais plural de narrativas, que promova o intercâmbio de experiências e seja porosa a diferentes visões de mundo deve buscar a superação da colonialidade do saber por meio de várias outras táticas, às quais a autora nos convida neste ensaio.

Ao longo de todo o livro, de modo cuidadoso e densamente referendado, a autora nos convida a mergulhar na corrente de pensamento decolonial e a romper com a colonialidade do saber, reescrevendo e tensionando os conceitos de cultura, povo, identidade, raça, racismo, projeto histórico e o legado das escolas fundantes ou hegemônicas da antropologia, como o relativismo cultural e o multiculturalismo. Através de um fazer-pensar indissociável, sua proposta metodológica por demanda oxigena a antropologia e reafirma a possibilidade de um

exercício disciplinar comprometido e vinculado, que encontra lugar e uma trilha no presente. É muito oportuno possibilitar a circulação dessas reflexões em português não só pela sofisticação de suas reflexões e a inovação de sua perspectiva de gênero nos estudos decoloniais, mas pela enorme contribuição que o compartilhamento de suas trilhas oferece para a compreensão da sociedade brasileira.

ENVIADO em 14/05/2024
APROVADO em 30/09/2024

Referências:

SEGATO, R.; CASTRO, S.; DIAS, L.; VICENTINI, A.; JATOBÁ, D.; GONTIJO, D. MARTINS, A. Conversa de Lançamento "Crítica da colonialidade em oito ensaios com a autora Rita Segato". Online, ao vivo. Canal Bazar do Tempo, 23 de setembro de 2021. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=7IqFFYcr6YM Último acesso em 21/02/2023.

LUGONES, María. "Rumo a um feminismo descolonial" (Toward a Decolonial Feminism). Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, dez. 2014. Disponível em https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013